



Bancários e Bancárias protestam contra políticas do Santander

No dia 06/06, bancárias e bancários de todo o país uniram forças em um Dia Nacional de Luta contra as políticas adotadas pela direção do Santander. O foco dos protestos foi o fechamento de agências físicas, redução de postos de trabalho ocorridas recentemente, além da demanda por melhores condições de segurança nas unidades. Durante os atos, dirigentes sindicais estiveram presentes e abriram diálogo com funcionários, clientes e usuários. A população, em geral, expressou sua insatisfação com o fechamento de agências e consequentemente piora no atendimento devido à redução de pessoal, principalmente nas regiões periféricas. **Página 3**

FUNCEF

Contraf e Fenaec cobram mudança no estatuto e no equacionamento

Página 3



ITAÚ

GT de Saúde cobra cumprimento da cláusula 87 da CCT

Página 4

Setor bancário eliminou 70 mil empregos e fechou mais de 5 mil agências em 10 anos

A digitalização do setor bancário está levando as instituições financeiras a enxugarem suas estruturas, eliminando postos de trabalho e fechando agências. O assunto foi tema de reportagem do Estadão, publicada na última segunda-feira, 05 de junho. O jornal usou dados fornecidos pelo Dieese e pelo Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região: de janeiro de 2014 a abril deste ano, os bancos fecharam 5.716 agências e extinguíram cerca de 70 mil postos de trabalho.

A reportagem ouviu a presidenta do Sindicato de São Paulo, Ivone Silva, que lembrou que o avanço da digitalização e o aumento do número de clientes



que usam aplicativos bancários acelerou ainda mais com a pandemia. “Os bancos têm feito uma movimentação que

se intensificou após a pandemia. As pessoas aprenderam a usar o celular, especialmente as mais idosas. Com isso, mui-

tas agências têm sido fechadas. Hoje, na agência, o número de trabalhadores é cada vez menor, e isso tem a ver com o uso da tecnologia no setor”, disse Ivone, ao Estadão. Ela destacou ainda que os bancários que ficam, acabam acumulando uma carga de trabalho enorme nas agências e em outras áreas, porque são cada vez menos pessoas trabalhando.

Dados do Caged

O Estadão cita ainda dados do Novo Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho): o volume de demissões no setor bancário em março foi 39% maior que a média mensal de 2022, quando o número de desligamentos chegou

a 1.474. Já o número de contratações foi 16,5% abaixo da média mensal registrada no setor em março do ano passado. Março de 2023 foi o sexto mês consecutivo de cortes de postos de trabalho no setor bancário.

A reportagem destaca também que foram eliminadas 2.662 vagas no setor bancário, no primeiro trimestre deste ano, enquanto que, no mesmo período de 2022, haviam sido abertas 3.160 vagas. E que nos grandes bancos, o corte de pessoal chegou a 2.394, comparando os dados do primeiro trimestre de 2023 com igual período no ano passado.

Fonte: SP Bancários

Chile adota redução da jornada de trabalho e pode ser modelo para o restante do mundo

Em abril, o Chile aprovou a redução da jornada de trabalho, sendo um dos pioneiros da região e o país com menor carga horária. A implementação pelo Congresso limita o tempo de 45 para 40 horas semanais, sem prejuízos para o salário. Além disso, foi prevista a possibilidade de trabalhar quatro dias e descansar três, diferentemente da antiga vigência que outorgava cinco dias de trabalho semanal. Medida aprovada pode ser modelo para outros países, visto que fomenta a produtividade, saúde e bem-estar entre funcionários.

Com a luta dos trabalhadores chilenos, a decisão do Congresso, com sanção da Câmara dos Deputados após aprovação unânime no Senado, aprova a implementação gradual ao longo dos próximos cinco anos. A redução dos dias de trabalho será viabilizada com o cumprimento de horas extras que justifiquem o 3º dia folgado. A legislação chilena permitia 12 horas extras, mas a partir da nova lei ficará limitada a cinco horas

extras por semana. Esse é um tópico que tem ganhado muita atenção nos últimos anos. No Reino Unido, por exemplo, foi realizada uma pesquisa de julho a dezembro de 2022 envolvendo mais de 60 empresas de diversos setores. Os resultados foram muito favoráveis: 91% das empresas que participaram da experiência de seis meses querem manter a semana de quatro dias.

O impacto positivo se dá por diversos fatores. A nova proposta para jornada de trabalho ajuda a reduzir o desemprego, além de proteger o meio ambiente, já que implica em menor migração e uso de transporte. Também ocasionou maior bem-estar devido ao tempo livre dos trabalhadores.

A mesma pesquisa evidenciou registros de ganhos de receita pelas empresas que participaram e a produtividade dos trabalhadores aumentou, reduzindo faltas e maior disposição para jornada presencial.

Fonte: Revista Fórum

Congresso aprova PL da igualdade salarial entre homens e mulheres

O Senado aprovou no dia 1.º de junho o projeto de lei (PL) 1085/23, que garante o pagamento de salários iguais para homens e mulheres que exercem a mesma função. O texto tinha sido aprovado pela Câmara em 4 de maio. Agora segue para a sanção presidencial.

A normal valerá para todos os funcionários que trabalham no modelo de contrato CLT e estabelece mecanismos de transparência e remuneração que deverão ser seguidos pelas empresas.

“Essa é uma grande conquista na batalha por direitos iguais. No Brasil, as mulheres recebem em média 21% menos que os homens e, apesar de representarem 44% do total da força de trabalho no país, elas são a maioria entre os desempregados (55,5%)”, destacou a secretária da Mulher da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), Fernanda Lopes, referindo-se a um relatório divulgado em março pelo Departamento Intersindical

de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PnadC), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o 3º trimestre de 2022.

A redação final do PL 1085/23, aprovada no Senado, é da deputada Jack Rocha (PT-ES). A iniciativa foi uma das promessas de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), apresenta pelo governo em 8 de março, em celebração ao Dia Internacional da Mulher.

“Com a aprovação desse projeto, avançamos no combate à desigualdade salarial o que implica também num importante passo no combate ao machismo que ainda impera em nossa sociedade”, destacou o secretário de Relações do Trabalho e responsável da Contraf-CUT pelo acompanhamento da pauta legislativa de interesse dos trabalhadores no Congresso Nacional, Jeferson Meira, o Jefão.

Fonte: Contraf-CUT

Bancários e Bancárias protestam contra políticas do Santander

Bancárias e bancários de todo o país uniram forças no último dia 06 em um Dia Nacional de Luta contra as políticas adotadas pela direção do Santander. O foco dos protestos foi o fechamento de agências físicas, redução de postos de trabalho ocorridas recentemente, além da demanda por melhores condições de segurança nas unidades.

“O Dia Nacional de luta foi uma mobilização de norte a sul do país, com a qual exigimos mais contratação de funcionários para atender o cliente, bem como de segurança em todas essas agências bancárias. Houve grande participação dos clientes, com relatos e também assinaturas dos abaixo-assinados, apoiando a luta e as reivindicações dos sindicatos”, afirmou Wanessa Queiroz, coordenadora da Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander.

Durante os atos, dirigentes sindicais estiveram presentes e abriram diálogo com funcionários, clientes e usuários. A população, em geral, expressou sua insatisfação com o fechamento de agências e consequentemente piora no atendimento devido à redução de pessoal, principalmente nas regiões periféricas.

No ano de 2022, o banco espanhol encerrou as atividades de 394 unidades no território brasileiro. Curiosamente, os quatro maiores bancos do país lucraram R\$24,7 bilhões no mesmo período.

Fonte: Contraf-CUT



Funcef: Contraf e Fena cobram mudança no estatuto e no equacionamento

A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e a Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fena) se reuniram na sexta-feira (2) com a Fundação dos Economistas Federais (Funcef) e cobraram mudanças no estatuto da Funcef e no equacionamento dos planos REG/Replan Saldado e Não Saldado.

Para o presidente da Fena, Sergio Takemoto, o encontro foi fundamental para a continuidade do debate de problemas que atingem os participantes dos planos de previ-

dência do fundo. “Entre os principais pontos que abordamos está a questão do equacionamento, que aflige a maioria dos empregados, em especial os aposentados. Discutimos também a inclusão dos participantes na elaboração de um novo estatuto, que foi modificado unilateralmente”, destacou.

A secretária executiva da Contraf-CUT, Eliana Brasil, ressaltou que a abertura do diálogo com as entidades pela Funcef é um avanço para os participantes e para o debate sobre a revisão do estatuto. “Este encontro foi primor-

dial para a continuidade dos debates em um grupo de trabalho interno para avaliar os problemas e buscar soluções para os participantes”, disse.

Além da diretora da Contraf-CUT e do presidente da Fena, estiveram presentes na reunião o presidente da Funcef, Ricardo Pontes, os diretores, Jair Pedro Ferreira (Benefícios), Rogério Vida (Administração e Controladoria) e Alenir Romanello (Investimento) e o secretário-geral da Fundação, Oreny Francisco Silva.

Fonte: Contraf-CUT

Grupo de Trabalho (GT) bipartite de segurança bancária volta a se reunir

O Coletivo Nacional de Segurança Bancária da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) se reuniu, nesta segunda-feira (12), com a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban), para dar continuidade à instalação do Grupo de Trabalho (GT) bipartite para avaliar os dados estatísticos, bem como a possibilidade de acordo acerca de adoção de dispositivos de segurança bancária. A constituição do GT está garantida na Convenção Coletiva do Trabalho (CCT) dos bancários, conquista da Campanha Nacional dos Bancários 2022. “O tema é bastante sensível e temos que debater com toda sinceridade e responsabilidade que o mesmo requer”, disse o coordenador do Coletivo Nacional de Segurança Bancária da Contraf-CUT, o paranaense Elias Hennemann Jordão.

A Fenaban repetiu a postura apresentada na Campanha Nacional e, com a afirmação de que houve redução no número de assaltos a agências e postos bancários de 2000 a 2021, propôs que a representação dos trabalhadores se juntem aos bancos e atuem contra as normas estaduais e municipais que exigem aparatos de segurança além dos previstos na Lei 7.102/1983, que regulamenta a segurança bancária. Elias considera a proposta apresentada pela Fenaban totalmente inoportuna. “Dada a conjuntura, existe uma preocupação com a retomada da violência. Por isso, entendemos que, se abirmos mão de aparatos de segurança e de vigilantes neste momento, estaremos colocando em risco a categoria e os clientes. Acreditamos que temos que avançar na questão da segurança e não retroceder”, disse, ao lembrar que a retirada de portas de segurança e de vigilantes das agências bancárias desrespeita legislações específicas de estados e municípios e que existem várias decisões judiciais que condenam os bancos a pagarem multas pelo descumprimento das leis.

Financiários têm reajuste salarial de 4,04% a partir de junho

Os financiários vão receber um reajuste salarial de 4,04%, retroativo a 1 de junho. Esse aumento é baseado no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC/IBGE) acumulado nos últimos 12 meses, divulgado na última quarta-feira (7), que apresentou uma variação de 3,74%, mais o 0,3% como aumento real, conquistado na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT 2022-2024), que possui validade de dois anos.

“O reajuste salarial e das verbas adicionais é um tema de extrema importância para os trabalhadores, pois busca corrigir os salários de acordo com a inflação e, se possível, garantir um aumento real, que

vai além da reposição dos valores perdidos para manter o poder de compra”, afirmou Jair Alves, coordenador da Comissão de Organização dos Financiários.

O valor do reajuste é calculado com base no INPC/IBGE, que é um índice que mede a variação dos preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas famílias brasileiras com rendimentos de 1 a 5 salários-mínimos. Nos últimos 12 meses, o INPC/IBGE acumulou uma alta de 3,74%, refletindo o aumento nos custos de vida para os trabalhadores.

Fonte: Contraf-CUT

GT de Saúde do Itaú cobra cumprimento da cláusula 87 da CCT

O Grupo de Trabalho (GT) de Saúde do Itaú-Unibanco se reuniu com a direção do banco, na manhã desta quarta-feira (14), em reunião híbrida, para iniciar o cumprimento da cláusula 87 da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), negociada na Campanha Nacional de 2022, sobre metas. O texto prevê o debate sobre as formas de acompanhamento das metas estipuladas para cada trabalhador e suas cobranças.

No encontro, os dirigentes sindicais apresentaram os levantamentos dos sindicatos e relataram os problemas que os trabalhadores estão enfrentando nos últimos meses por conta da cobrança excessiva de metas.

Para a coordenadora do GT de Saúde, Luciana Duarte, é fundamental mostrar ao banco “os preocupantes números de doenças psíquicas relacionadas ao trabalho, com destaque para os alarmantes casos de esgotamento profissional



(burnout), que são consequência de cobrança absurda de metas e assédio moral”.

As críticas caíram também sobre a falta de eficácia do canal da prevenção de conflito. “Os números apresentados na reunião pelos sindicatos presentes mostram que a realidade do tamanho do adoecimento dos bancários do Itaú é assustadora! O assédio moral só aumenta. Cobramos a responsabilidade do banco sobre a situação dos trabalhadores e que sejam debatidas e encaminhadas soluções concretas para os problemas”, disse Va-

leska Pincovai, representante do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região no GT de Saúde do Itaú.

Foi entregue ao banco ainda uma pauta de negociação com vários temas relacionados à saúde e condições de trabalho. “Criamos um calendário para tratar dos temas que são urgentes diante do cenário de adoecimento extremo da categoria”, completou Luciana.

O banco se comprometeu a trazer, na próxima reunião, marcada para o dia 27, a resposta de todos os casos denunciados.

PIB mais alto, inflação mais baixa: bancos erram previsões e influenciam economia para pior

A inflação de maio voltou a surpreender analistas do mercado financeiro. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado no dia 7 deste mês, fechou o mês passado em 0,23%. Bancos previam que ele estivesse em 0,33% – ou seja, 0,1 ponto percentual maior.

A previsão equivocada foi incluída no Boletim Focus do Banco Central (BC) divulgado na segunda-feira (5). E não foi a única que apontava para uma situação econômica pior que a da realidade do país durante o início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Os bancos também esperavam uma inflação maior que a real no mês de março. Apostavam em 0,77%. Ela fechou em 0,71%.

Eles erraram ainda a previsão para o crescimento da economia no primeiro trimestre do ano. O Produto Interno Bruto (PIB) aumentou 1,9% nos três primeiros meses do ano na comparação com os três meses do ano passado. Os bancos estimavam crescimento de 1,3%, segundo a agência Reuters, que coletou estimativas de analistas do mercado antes da divulgação oficial.

Para Pedro Faria, economista e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), isso não é por acaso. Segundo ele, existe uma predisposição ideológica contra governos de esquerda por parte dos economistas ligados a bancos. Por conta disso, eles acabam apostando em crescimento menor e inflação maior.

“O mercado depende muito da confiança no governo [para fazer suas previsões] e subestima as estatísticas”, criticou Faria. “Eles acham que um governo de esquerda vai errar em suas decisões e isso vai impactar na economia. Não é bem assim que as coisas funcionam.”

O pesquisador acredita que bancos terão de rever novas previsões nos próximos meses por excesso de pessimismo em relação a Lula. Essas revisões, aliás, são normais entre economistas, até porque cada um usa uma metodologia própria para calculá-las. Acontece que, no caso dos bancos, lembra Faria, os erros são especialmente ruins, já que acabam influenciando a economia real.

Expectativa conta

As previsões dos bancos são levadas em conta pelo BC para definir a taxa básica de juros (Selic), por exemplo. Se os bancos preveem inflação mais alta, isso acaba sendo usado como argumento para que a Selic permaneça alta.

Hoje, a taxa básica está em 13,75% ao ano. É uma das mais altas do mundo. O governo pede a redução há meses. O BC, por sua vez, defende sua manutenção citando as expectativas de analistas – aquelas que muitas vezes têm se mostrado equivocadas.

“O que temos visto é que o BC consulta quase na totalidade agentes do mercado financeiro. Eles têm errado sistematicamente para pior a leitura da economia brasileira. O BC usa como justificativa principal pra manutenção da taxa de juros essas expectativas”, explicou Faria.

Fonte: Brasil de Fato